

O BRASIL COLÔNIA NO ACERVO DO ARQUIVO HISTÓRICO NACIONAL DE ANGOLA

Selma Pantoja

Universidade de Brasília

A história de Angola, do século XVII até metade do século XIX, esteve intimamente ligada à história do Brasil. Isto pode ser visto pela aproximação dos cargos administrativos, em seus vários graus, com as constantes passagens de governadores e funcionários que serviram em Luanda e vieram depois ocupar cargos públicos no Brasil. E muitos deles faziam isso de maneira clandestina¹. Mas acima de tudo, a relação mais estreita acontecia entre os negociantes de escravos², de aguardente³, de tecidos e alimentos. Eles

residiam em Luanda e tinham os seus agentes nas diversas cidades brasileiras ou, o inverso, residiam em um porto do Brasil e mantinham seus agentes no litoral da África Central Ocidental. Sabe-se que 68% dos escravos que chegaram ao Brasil no século XVIII foram embarcados em Angola⁴. Esta estreita relação comercial aparece, de maneira muito nítida, nos muitos testamentos dos traficantes de escravos⁵, onde aparecem listados os seus agentes e os bens de suas casas. Outro dado importante em que a documentação angolana é rica: a presença das muitas embarca-

¹ Ver por exemplo: Lei proibindo que passem para o Brasil, sem que estejam providos em governos, postos, cargos ou Ofícios de Justiça ou Fazenda. Códice 14, Livro 4º de Registro, p. 61, AHA.

² Cito aqui o trabalho de Joseph Miller que mais evidência a relação Brasil/Angola no século XVIII, na construção do mundo atlântico e que resultaram, também, de pesquisas no AHNA: *Way of Death. Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade 1730-1830*. Wisconsin Press Madison, 1988.

³ O estudo do comércio da cachaça do Brasil para Angola teve seu primeiro grande estudo com a tese de doutorado de José C. Curto em "Alcohol and Slaves: The Luso-Brazilian Alcohol Commerce at Mpinda, Luanda, and Benguela during the Atlantic Slave Trade

c. 1480-1830 and its Impact on the Societies of West Central Africa", University of California, 1996. O tráfico da, então, chamada geribita pode ser visto nos códices de registro da entrada de navios com molhados (ver listagem em quadro) e códice de registro dos mapas dos líquidos e a documentação no geral do Senado da Câmara.

⁴ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Le Commerce des Vivants: traite d'Esclaves et 'Paz Lusitania' dans l'Atlantique Sud*. Paris: Université de Paris X, 1985 p. 221-222, vol. 2. (tese de doutorado).

⁵ Esse tipo de documentação encontra-se nos Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Arquivo da Torre do Tombo em Lisboa e Arquivo Histórico Nacional de Angola.

ções brasileiras no litoral angolano⁶. As muitas fortunas que se fizeram nessa época estão indissolavelmente ligadas as transações comerciais de habitantes de cidades como Salvador, Recife, Rio de Janeiro⁷. Muitas vezes, as causas de apelação de Angola eram resolvidas pelos tribunais no Brasil⁸. Outras tantas eram as licenças para transitar de uma colônia para outra que dependiam desse intercâmbio das autoridades⁹. Os taberneiros de Luanda, principalmente no setecentos, eram aqueles que desejavam acumular algum cabedal e, no geral, chegavam, em quantidade, do Brasil. Começavam como taberneiros e sonhavam entrar no grande negócio do tráfico¹⁰.

Como sempre, o mundo não se reduzia aos negócios. Por outras vias, outras pessoas cruzaram o Atlântico fazendo dele um universo muito próprio. Em geral, se pensa na travessia como a grande migração de africanos vindos para o litoral americano. Esque-

ceamos que não foi um movimento de mão única, muito pelo contrário, constituiu-se num intenso intercâmbio ao longo desses quatro séculos. Atravessaram o Atlântico as famílias que foram degredadas do Brasil, principalmente, ao longo dos séculos XVII e XVIII¹¹. No sentido litoral Americano/ litoral africano, foram para a África Central Ocidental os portugueses residentes no Brasil, os brasileiros, os africanos escravizados e alforriados. Nesse fluxo inclui-se as africanas condenadas por feitiçaria, as brancas por bigamia e práticas judaicas, além de punições por infanticídios e homicídios em geral. Quando o rei português desejou se livrar dos ciganos, eles foram mandados de Portugal e do Brasil para Angola¹². Angola foi o lugar para o degredo vil: homicidas, ladrões, crimes políticos, crimes contra os costumes etc. A chegada dos excluídos do Império em Angola ficou registrada nos muitos códices e documentação avulsa guardada hoje no Arquivo em Luanda¹³. Tanto a Inquisição como o Judiciário elegeram a terra angolana como campo propício para o degredo¹⁴.

A história angolana no século XIX, passou por uma conjuntura profundamente turbulenta nas primei-

⁶ Cito aqui os códices de entrada e saída de navios nos portos angolanos e os documentos de registro do Senado da Câmara de Luanda e Benguela. Para a segunda metade do século XVIII, o porto mais importante será Benguela, com as casas dos brasileiros.

⁷ Ver, na listagem dos códices, os muitos volumes que tratam de saída e entrada de navios que vieram ou que partem para essas cidades. A documentação da Câmara com seus muitos bandos disciplinando o movimento dessas embarcações: Ratificação do bando da galera N.S. do Rosário e S. António para a cidade da Bahia - 21/01/1721, p. 298, código 12, AHA; registro do bando do navio Santíssimo Sacramento para a cidade do Rio de Janeiro - 11/07/1721, código 12, AHA; registro de um bando do navio N.S. do Carmo e Almas para Pernambuco - 01/08/1721, código 12, AHA.

⁸ Como o caso: Registro de huma ordem de sua Magestade sobre irem as causas de apelação para a Bahia, 14/09/1720, p. 292, código 12, AHNA.

⁹ Cf. por exemplo em: Portaria de Ayres de Saldanha Governador do Rio de Janeiro pela qual foi dada licença a Dom Phelipe Cortez para se poder embarcar - 20/11/1720, p. 295, código 12, AHA.

¹⁰ Vários bandos e provisões se ocupam dessa figura corriqueira de Luanda: por exemplo Taberneiros, código 12, código 13, AHA.

¹¹ Do código 499 do AHA, consta 1328 nomes com resumos de penas, crimes e outras informações de degredados dos quais centenas foram do Brasil para Angola, condenados pela Inquisição ou judiciário. A documentação da Câmara do Senado apresenta as listas dos degredados e dos serviços que prestam a cidade.

¹² Tanto o código 499 como o código 2978, Registro Central dos Degredados de Angola, apresentam um número grande dos ciganos (no geral nascidos na Espanha). Famílias com três gerações foram deportadas. O caso dos cristãos-novos, nos degredados da Inquisição, seria outro exemplo.

¹³ A sua trajetória em terras africanas pode ser reconstruída através da documentação da Câmara Municipal de Luanda, Benguela, Dondo, Massangano, etc.

¹⁴ O crime considerado mais cruel era punido com o degredo para África, os mais suaves iam para o Brasil e dos condenados do Brasil restava Angola e em raros casos Moçambique.

ras décadas: a luta pelo fim e, ao mesmo tempo, a manutenção do comércio ilegal do tráfico de escravos¹⁵, em torno do qual girava sua vida econômica. As grandes figuras da sociedade luandense, os ricos comerciantes e as ricas viúvas comerciantes, mulatas e negras, almejavam a mudança para o Brasil. A primeira tentativa foi na época da independência brasileira e, a segunda, na década de 1850, com o fim do tráfico. A transposição dessas fortunas para o Brasil aprofundou a crise da segunda metade do XIX em Angola: com a política de reconversão de sua economia.

Por sua dominância e pela longa duração da escravidão e do tráfico na história da África Pré-Colonial, esses temas são recorrentes como os mais importantes objetos de pesquisa na historiografia africanista. Na verdade, a historiografia do tráfico de escravos alcançou níveis dos mais altos, com tratamento de dados de elaborado e sofisticado refinamento. Além disso, trouxe suporte teórico para os estudos mais contemporâneos, como a história da guerra, das doenças e das mulheres no continente negro. Sem deixar de reconhecer a importância do estudo do Tráfico Atlântico na historiografia, sempre é bom afirmar que a história de Angola Pré-Colonial não se reduz à história do tráfico, como o comprovam as fontes manuscritas disponíveis para o período. Ainda está por serem reconstituídos os caminhos administrativos e as normas reais que prevaleciam nesses séculos de tumultuados intercâmbios atlânticos. Um manancial de códices oferecem subsídios para se trilhar a história das mulheres, brancas, negras e mestiças; ciganas e judias, são altamente recomendáveis os esforços que são feitos para recapturar a experiência do passado africano em suas relações com outros povos.

¹⁵ Um trabalho importante para esta época, com base no acervo do AHNA foi a dissertação de Roquinaldo Amaral “Tráfico Ilegal de Escravos e Comércio Lícito em Angola, 1830-1860”. UFRJ, 1997.

O Arquivo Histórico Nacional de Angola

Em 1938 foi criado o Museu de Angola e em seu interior, situava-se a Biblioteca e o Arquivo Histórico como um segmento do Arquivo Histórico Colonial. Mas, desde 1933, o Serviço de Estatística, reunindo o acervo do Arquivo Histórico Provincial, editava a revista Arquivos de Angola, que durou de 1933 a 1970, reproduzindo textos manuscritos, com ênfase na documentação administrativa portuguesa. Finalmente, em 1977, depois de uma série de mudanças e deslocamentos da documentação, em que, ocasionais perdas foram irrecuperáveis, finalmente em 1977 o Arquivo Histórico Nacional de Angola (AHNA) foi instalado no edifício em que hoje funciona, na rua Pedro Félix Machado, no. 49, no coração de Luanda. No seu total, sem contar com a documentação do antigo Arquivo Municipal, são 12 mil códices, sendo 3.448 códices oriundos do Núcleo Antigo da Secretaria Geral, do Núcleo do Governo de Benguela e do Núcleo Geral, para os séculos XVII, XVIII e XIX. A documentação avulsa se encontra em 5 mil caixas e cobre os séculos XIX e XX¹⁶.

A documentação mais antiga são os manuscritos do Paço do Concelho (do século XVII ao XVIII). O historiador Charles Boxer, em 1961, fez um levantamento dessa documentação e listou os códices mais antigos, que permaneceram até início de 1998 alocados na Biblioteca Municipal de Luanda, em péssimas condições de conservação, mas que estão em vias de serem transferidos para o AHNA no seu prédio sede. Boxer faz referência à documentação para o período de 1650 a 1750 e ressalta a importância dessa documentação para o estudo das relações dos dois países¹⁷.

¹⁶ Mais informações no artigo da atual diretora do Arquivo Histórico Nacional de Angola: ROSA CRUZ E SILVA. “Arquivos e Tradição Oral - o caso de Angola”, *Actas do colóquio Construção e Ensino da História de África*. Lisboa, 1994, p. 483-489.

¹⁷ BOXER, C. R. “The Municipal Council of Luanda”. *Portuguese Society in the Tropics. The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda, 1510-1800*. Madison, 1965. p. 119.

A situação da documentação dos códices na Biblioteca Municipal, é bem variável. Alguns livros estão deteriorados por traças ou corroídos pelos ácidos das tintas, mas coleções inteiras estão em bom estado, como os códices de termos de vereação, registro de entrada de navios, registros de bandos etc. Um códice precioso, como o de número 499, sobre a chegada dos degredados, foi descrito por Boxer, em 1961, como estando em bom estado; apenas algumas páginas do início não se conseguia ler. Hoje, este códice encontra-se ilegível nas suas muitas páginas iniciais, mas ainda é possível a leitura da metade para o final das suas 144 páginas.

É dispensável dizer da importância dos inventários e catálogos para toda essa documentação. Esses instrumentos são raros, mas existem alguns. Os 3445 códices do Núcleo Antigo da Secretaria Geral e de Benguela estão no Roteiro Topográfico dos Códices, Angola, Instituto de Investigação Científica, 1966. Esta publicação está no momento sendo ratificada. Os restantes 8552 códices foram catalogados e os seus

roteiros ainda não foram publicados. A documentação avulsa, em caixa, está sendo objeto de tratamento e, como a documentação se encontra separada da sua versão original, não confere com o antigo Roteiro Topográfico dos Avulsos, publicado em 1969.

A listagem que apresento a seguir não inclui nenhuma documentação em maço ou caixa que, por falta de uma mínima classificação ou catálogo, não foi possível listar. Somente listei a documentação em códice que penso estar relacionada com a história do Brasil Colônia e dentro do período de maior relação Brasil/Angola, até 1860. Claro, ficou de fora uma série de códices que podem ser de interesse do pesquisador de Brasil Colônia, mas, como muitos códices não têm inventário, eles foram excluídos. Considerando a questão de espaço, apresento a seguir um resumo da listagem dos códices do AHNA, dividida em duas partes: a documentação mais antiga, que está na Biblioteca Municipal de Luanda, hoje em mudança para o AHNA e a documentação, do próprio acervo do AHNA.

¹⁸ Este quadro foi construído a partir da Documentação Bibliográfica Coligida, publicado por ocasião do centenário da Biblioteca Municipal de Luanda, em 1996. Fizemos um recorte cronológico em função de nosso interesse e modificamos informações sobre documentos que pesquisamos e que não coincidiam com as informações dada por aquela publicação.

¹⁹ Os poucos inventários existentes na Biblioteca citam outros volumes do códice 499 mas somente encontramos o volume de 1714-1757.

LISTAGEM DOS CÓDICES

(Núcleo de documentação mais antiga que pertencia ao acervo da Biblioteca Municipal de Luanda até início de 1998)¹⁸

TÍTULO	DATAS	Nº FLS.	Nº VOLS.	OBSERVAÇÃO
Código - Termo de Vereações do Senado da Câmara de Luanda	1661 a 1663 e 1669 a 1675	79	1	Microfilmado Mipofolizado
Código - Livro de Contadoria da Fazenda Real em Angola	1663 a 1666	16	1	
Código - Termos de Vereações do Senado da Câmara de Luanda	1664 a 1667 e 1682 a 1684	99	1	Microfilmado Mipofolizado Encadernado
Código - Termo de Vereações do Senado da Câmara de Luanda	1676 a 1681	86	1	Microfilmado Mipofolizado
Código - Registro de termo de foros dos terrenos que a Câmara aforou	1680 a 1848	240	1	Microfilmado Mipofolizado
Código - Termos de Vereação do Senado da Câmara	1685 e 1692 a 1696	90	1	Microfilmado, Mipofolizado Encadernado
Código 12- Registro de cartas patentes dos governadores, cartas régias, alvarás, portarias, bandos e provisões	1688 a 1724	359	1	Inventariado
Código 13 - Termos de Vereações do Senado da Câmara de Luanda	1697 a 1701	105	1	Microfilmado Mipofolizado Inventariado
Código - Contas dos procuradores do Senado da Câmara de Luanda	1698 a 1861		70	
Código 4 - Termo de vereação do Senado da Câmara de Luanda	1702; 1711 a 1712; 1714 a 1716; 1726 a 1728	144	1	Microfilmado Mipofolizado
Código 499 - Registro das cartas de guias de degredados que desembarcaram em Luanda, vindos da Metrópole e do Brasil	1714 a 1757 ⁹⁹	144	1	
Código 88 - Registro das entradas de navios vindos da Metrópole e do Brasil, com carga de molhados	1736 a 1816	91; 113; 378	3	
Código - Registro de carta régias, bandos e provisões	1737 a 1768	240	1	
Código- Termos de eleição, juramento e posse de almotacés e de oficiais do Terreiro Público	1757 a 1810	98	1	
Código - Registro de correspondência trocada entre o Senado, os governos central e geral; portarias, bandos e provisões	1757 a 1812	135	1	

TÍTULO	DATAS	No. FLS.	No. VOLS.	OBSERVAÇÃO
Código - Registro das arrematações do peso real e das obras do Senado.	1757 a 1818	138	1	Microfilmado
Código 80 - Registro de almotaçaria	1759 a 1766	141	1	
Código - Registro da correspondência trocada entre o governador geral e o Senado; portarias, editais, bandos e provisões	1762 a 1801	185		
Código - Registro de ordens, bandos, provisões e portarias sobre o Terreiro Público	1764 a 1801	222	1	Microfilmado
Código - Registro de bandos, provisões, editais e portarias	1769 a 1809	180	1	
Código 75 - Registro de legislação do governo central, providências, correspondência e outras autoridades	1774 a 1822	200; 200	2	Microfilmado
Código - Registro de portarias, correspondências com Senado, nomeação de oficiais do terreiro público	1782 a 1802	141	1	
Código - Termo de Fiança	1784 a 1787	195	1	Microfilmado
Código - Registro de artigos entrados no Terreiro público	1787 a 1790	186	1	Faltam as 40 primeiras folhas
Código - Termos de arrolamento e imposto real sobre carnes verdes abatidas no açougue público	1789 a 1806	397	1	
Código - Termos de vereação do Senado da Câmara	1795; 1797 a 1804	108	1	Microfilmado Mipofolizado
Código - Cópias de escrituras, alvarás e fianças relativos ao século XVII		293	1	
Código 14 - Invetário alfabético da documentação do Senado da Câmara, séculos XVII e XVIII		293	1	
Código - Eleições dos oficiais do Senado da Câmara de Luanda	1801 a 1839	53	1	
Código - Nomeação dos oficiais das almotaçarias	1802 a 1834	71	1	
Código - Cartas dos juizes almotacés	1804 a 1830	48	1	
Código - Nomeação dos oficiais do Senado da Câmara de Luanda	1804 a 1839	140	1	

TÍTULO	DATAS	No. FLS.	No. VOLS.	OBSERVAÇÃO
Código - Actas das Sessões da Câmara de Luanda	1805 a 1902		20	Encadernados, em bom estado
Código - Determinações do Governo Geral	1806 a 1839	34	1	
Código - Certidões e atestados requeridos à Câmara	1807 a 1834	3	1	
Código Determinações régias	1807 a 1835	40	1	
Código - Empréstimos contraídos pela Câmara	1808 a 1818	7	1	
Código - Eleição de deputados às Cortes	1808 a 1827	30; 20	2	
Código- Juramentos dos oficiais das ordenações	1808 a 1831	25	1	
Código 98 - Registro das patentes dos oficiais das ordenações	1808 a 1847	214	1	
Código - Festas e comemorações	1814 a 1838	13	1	
Código - Termo de entrega do rendimento do real da carne	1818 a 1839	24	1	
Código - Termo de correição	1820 a 1868	24	1	
Código - Registro de ofícios recebidos e expedidos	1820 a 1823	295	1	Faltam as 7 primeiras folhas
Código Recenseamento eleitoral e eleições de deputados às Cortes	1823 a 1840	136	1	
Código - Registro de bandos e editais	1838 a 1840	70	1	
Código - Registro de óbitos	1840 a 1901		59	
Código - Lista geral dos cidadãos que têm votos nas assembleias paroquiais	1841 a 1842	93	1	
Código - Registro de recenseamento da Câmara Municipal	1846 a 1853	144	1	
Código - Registro de termos de foros dos terrenos que a Câmara tem aforados	1848 a 1867	190	1	Microfilmado
Código - Copiador de ofícios expedidos	1848 a 1851	183	1	Mipofolizado Encadernado

TÍTULO	DATAS	No. FLS.	No. VOL.	OBS.
Código - Actas da comissão promotora dos interesses comerciais de Angola	1851 a 1852	500	8. 1	
Código 72 - Disposições régias e manifestos de navios vindos dos portos do Brasil com dinheiro	1742 a 1744 e 1771 a 1774			
Código 73 - Talonário de Bilheres de enterramentos	1853 a 1861		3	
Código 1 - Registro de patentes, alvarás etc.	1648 a 1679			
Código 2 - Registro de provisões e portarias etc.	1649 a 1654			
Código - Registro de bandos, provisões editais, etc.	1709 a 1809			
Código 124 - Registro de bandos e editais da Câmara	1838 a 1884			
Código - Alistamento de 60 bairros, mapas de fogos, habitantes	1823 a 1832			
Código de Registro dos mapas dos líquidos que pagam subsídio a Câmara	1853			
Código - Registro de Recenseamento da Câmara	1846 a 1853			

GUIA TOPOGRÁFICO DOS CÓDIGOS DO ARQUIVO HISTÓRICO DE ANGOLA

Núcleo Geral

Código 1250 Luanda - Secretaria Geral Livro de Registro 1848 (160 folhas)

Código 1314 Luanda - Curadoria dos Negros Libertos. Livro de receitas e despesas 1845 (142 folhas)

Código 1508 Benguela - depósito de subalterno de degredados. Copiador de officios

Código 1513 Dondo - registro de termo de finança concedidas aos degredados, residente neste concelho (50 folhas)

Núcleo Antigo da Secretaria Geral

Código 367-8-9 - Registro de Entrada. III volumes

Código 2978 Luanda - Registro Central dos Degredados de Angola. Matrícula dos Degredados. 20 volumes

Código 3074 - Luanda - Paço Episcopal. Secretaria da Junta das Missões. Registro das Provisões dos Párcos - 1780 a 1801

Código 3259 - Luanda - Carta régias, Correspondência do governador-Geral, bandos e portarias - 1758 a 1795

Código 3261/182 - Luanda - Governo-Geral. Patentes. Provisões, Bandos e ordem dos governadores Gerais. 1654 a 1764 (288 folhas).

Código 79 - Officios para Angola 1767 a 1769

Código 271 - Portarias do governo 1769 a 17771

Código 288 - Provisões e Alvarás 1763 a 1772 (202 folhas).

Código 302 - Cartas e Patentes 1757 a 1808 (234 folhas)

Código 314 - Bandos e Editais 190 a 1797 (13 folhas)

- Código Luanda - Secretaria do Governo Geral. Registro de correspondência (século XIX)
- Código Luanda - Hospital Militar (vários do século XIX)
- Código Luanda - Hospital Maria Pia (vários do século XIX)
- Código Luanda - Serviço de Saúde. Registro de Entradas e saídas dos doentes de Medicina 1849 a 1850. III volumes
- Código 1771/199 - Luanda - Fisicatura-Mor. correspondência do Conselho de Saúde Naval. 1855-1862.
- Código 1776/204 - Luanda - Actas (152 folhas)
- Código 2267/275 - Luanda - Secretaria do Estado e Reino de Angola. Livro de expediente. 1797/1800.
- Código 2466/12 - Luanda - Secretaria Geral do Governo. Registro das actas das sessões públicas da Junta Geral da província de Angola 1858- 1865.
- Código Luanda - Registro das cartas de D. Miquel Antonio de Mello - 1797 a 1827
- Código Luanda - Governo Geral. concessão de passaporte - 1846 a 1847
- Código Luanda - Secretaria Geral do Governo. Registro de expedientes 1816 (14 folhas)
- Código Luanda - Secretaria. Registro de expediente. 1797 (194 folhas)
- Código Luanda - Correspondência 1822 a 1825
- Código Luanda - Secretaria do Estado e Reino de Angola. Registro de entrada e saída de expediente 1797 a 1816 (57 folhas).
- Código Luanda - Registro de Correspondência 1772 (117 folhas)
- Código Luanda - Secretaria Geral. Registro de passaporte 1847 (184 folhas)
- Código Luanda - Secretaria Geral. Termos de Preitos e Homenagens. 1759 a 1797
- Código Luanda - Secretaria Geral do Governo. Registro de Passageiros a Luanda. 1852 (162 folhas)
- Código Luanda - Secretaria do Governo. Actas de sessões 1843 a 1850 (185 folhas)
- Código de Registro de Entrada de Navios Vindos dos Portos de Angola e do Exterior (1853-1861)